

RACISMO ESTRUTURAL E RELIGIOSO CONTRA POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DE TERREIRO DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19¹

Nathália Vince Esgalha Fernandes²

DOI: <https://doi.org/10.26512/revistacalundu.v6i2.46422>

Resumo: No Brasil, o racismo estrutural é uma realidade cotidiana para a população negra. Quando surge uma pandemia como a do COVID-19, essas pessoas estão muito mais expostas ao risco de contrair a doença e, conseqüentemente, têm mais chances de morrer. O conceito de necropolítica (MBEMBE, 2018) é útil para compreender as relações entre racismo e morte na pandemia. E, de fato, a população negra foi a que mais sofreu com as conseqüências da doença, tanto em mortalidade quanto de morbidade. As desigualdades também se expressaram, por exemplo, na maior exposição dos trabalhadores negros às chamadas atividades essenciais, e em um menor acesso às informações sobre a pandemia e às redes de suporte necessárias para enfrentar o problema. Guiado pelo racismo estrutural, ou seja, pelas desigualdades raciais que permeiam todas as esferas da sociedade, ficou claro nesse processo o poder de determinar quem deve viver e quem deve morrer. As Comunidades de terreiro são redes de apoio para a população negra e periférica em suas vizinhanças e durante a pandemia foram obrigadas a se adaptar, criar estratégias de assistência às suas comunidades e ainda enfrentar o aumento da violência contra seu povo, já que são alvos frequentes de ataques racistas. Este trabalho tem como objetivo contextualizar o racismo estrutural, sistêmico e religioso vividos pelo povo de santo, apontando as suas estratégias de sobrevivência em meio à pandemia e a um Estado *necropolítico* e *necrorreligioso* governado por uma extrema-direita cristã.

Palavras-chave: Comunidade de Terreiro. Religiões afro-brasileiras. Racismo Estrutural. Racismo Religioso. Necropolítica. COVID-19.

Resumen: En Brasil, el racismo estructural es una realidad cotidiana para la población negra. Cuando surge una pandemia como la del COVID-19, estas personas están mucho más expuestas al riesgo de contraer la enfermedad y, en consecuencia, tienen más probabilidades de morir. El concepto de necropolítica (MBEMBE, 2018) es útil para entender las relaciones entre racismo y muerte en la pandemia. Y, de hecho, la población negra fue la que más sufrió las consecuencias de la enfermedad, tanto en términos de mortalidad como de morbilidad. Las desigualdades también se expresan, por ejemplo, en la mayor exposición de los trabajadores negros a las llamadas actividades esenciales, y

¹ Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada oralmente na Segunda Conferência Continental em Estudos Afro-Latino-Americanos, realizada em dezembro de 2022, na Universidade de Harvard (Estados Unidos). Itens lembrados nessa exposição foram articulados na versão final do texto, ora em publicação. Agradeço a parceria e as contribuições dos colegas Gerlaine Martini, Ariadne Oliveira e Guilherme Nogueira. Agradeço ainda ao apoio do ALARI que possibilitou a ida à Conferência para a apresentação do texto.

² Doutora em Ciências Sociais pelo Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília, Integrante do Calundu – Grupo de Estudos sobre Religiões Afro-Brasileiras, da Universidade de Brasília. Endereço eletrônico:nathaliavef@gmail.com

en el menor acceso a la información sobre la pandemia y a las redes de apoyo necesarias para enfrentar el problema. Guiados por el racismo estructural, es decir, por las desigualdades raciales que permean todas las esferas de la sociedad, se hizo evidente en este proceso el poder de determinar quién debe vivir y quién debe morir. Las comunidades de terreiro son redes de apoyo para la población negra y periférica de las comunidades, y que durante la pandemia se vieron obligadas a adaptarse, crear estrategias de asistencia a sus comunidades y aún enfrentan el aumento de la violencia contra su gente, ya que son blanco de frecuentes ataques racistas. Este trabajo pretende contextualizar el racismo estructural, sistémico y religioso que vive el pueblo de santo, señalando sus estrategias de supervivencia en medio de la pandemia y un estado necropolítico y necroreligioso gobernado por una extrema derecha cristiana.

Palabras clave: Comunidad de Terreiro. Religiones afrobrasileñas. Racismo estructural. Racismo Religioso. Necropolítica. COVID-19.

Introdução

A pandemia do COVID-19 impactou o cotidiano religioso brasileiro. As comunidades de terreiro³ foram especialmente afetadas, já que muitas delas se situam em vizinhanças carentes e que sofrem com a falta de acesso a serviços de saúde.

As religiões afro-brasileiras, bem como outras religiões, enfrentaram dificuldades para manter suas atividades. Ainda assim, muitas casas de culto se mantiveram abertas, adaptando seus rituais e oferecendo apoio à comunidade.

No Brasil, o racismo estrutural é uma realidade cotidiana para a população negra. Quando surge uma pandemia como a do COVID-19, essas pessoas estão muito mais expostas ao risco de contrair a doença e, conseqüentemente, têm mais chances de morrer. E, de fato, a população negra foi a que mais sofreu com as conseqüências da COVID-19, tanto em mortalidade quanto em morbidade.

As desigualdades também se expressaram, por exemplo, na maior exposição dos trabalhadores negros às chamadas atividades essenciais, e em um menor acesso às informações sobre a pandemia e às redes de suporte necessárias para enfrentar o problema.

O conceito de necropolítica (MBEMBE, 2018), processo pelo qual um determinado grupo social é submetido à violência mortífera e à exclusão social, é útil para compreender as relações entre racismo e morte na pandemia. Guiado pelo racismo estrutural, ou seja, pelas desigualdades raciais que permeiam todas as esferas da

³ Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro são aquelas famílias que possuem vínculo com casas/templos das religiões afro-brasileiras. São definidas como grupos que compartilham valores e uma cosmovisão oriundos do continente africano, balizados pela diáspora, que são perpetuados nos atuais territórios brasileiros e na vivência comunitária.

sociedade, ficou claro nesse processo o poder de determinar quem deve viver e quem deve morrer.

As comunidades de terreiro são redes de apoio para a população negra e periférica em suas vizinhanças, apoio esse que não é somente religioso, emocional e espiritual, mas socio-comunitário e de práticas tradicionais de cura. Durante a pandemia, as comunidades de terreiro foram obrigadas a se adaptar, criar estratégias de assistência à sua comunidade, à vizinhança e ainda enfrentar o aumento da violência contra seu povo, já que são alvos frequentes de ataques racistas.

Este trabalho pretende contextualizar o racismo estrutural e religioso vividos pelo povo de santo, apontando as suas estratégias de sobrevivência em meio à pandemia e a um Estado necropolítico e necrorreligioso governado por uma extrema-direita cristã.

A população negra brasileira na pandemia

A desigualdade racial é um fenômeno estrutural que se manifesta de diversas formas na sociedade, desde a segregação no mercado de trabalho, desigualdade de renda, acesso à educação, à saúde, violência policial e encarceramento em massa e entre outras (HERINGER, 2002; SILVA, 2015)⁴. O período da pandemia do COVID-19 demonstrou de forma brutal a contemporaneidade da desigualdade racial no Brasil.

Estudos constataram que negros (pretos e pardos), morrem mais do que brancos em decorrência da COVID-19 no Brasil. Segundo relatório de 2021 da OCDE (DOCTORS, 2021), no país o risco de mortalidade por COVID-19 foi 1,5 vezes maior na população negra, e, apesar de haver uma maior taxa de incidência do vírus entre a população branca, a população negra internada em hospitais apresentou de 1,3 a 1,5 vezes mais risco de mortalidade em comparação com a branca.

Na pesquisa realizada pelo NOIS (Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde) PUC-RJ, 55% das pessoas que morreram por COVID são negras, a proporção entre brancos foi de 38%⁵. Já de acordo com Instituto Polis, a taxa de óbitos por COVID-19 entre negros na capital paulista foi de 172/100 mil habitantes, enquanto para brancos foi de 115 óbitos/100 mil habitantes, e 60% das vítimas da COVID-19 eram negras. Além

⁴ Cito aqui duas referências, contudo no debate de desigualdade racial no Brasil estas afirmações se respaldam em ampla bibliografia.

⁵<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/02/COVID-mata-54-dos-negros-e-37-dos-brancos-internados-no-pais-diz-estudo>,

disso, a população negra já enfrentava outros desafios, como o fato de ser mais propensa a ter doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, condições agravantes no contexto de contágio pelo COVID-19.

Contudo, os dados não apresentam o panorama de todo o período, pois somente em abril de 2020, após pressão de movimentos sociais⁶, o Ministério da Saúde começou a incluir a informação sobre raça e cor nos boletins epidemiológicos.

A maioria da população negra no Brasil vive em bairros e comunidades periféricas, onde as condições de vida são mais precárias e o acesso mais escasso aos serviços de saúde. Assim, as desigualdades se expressaram, por exemplo, em menor acesso a serviços básicos de saúde e higiene, às informações sobre a pandemia e às redes de suporte necessárias para enfrentar o problema.

A desigualdade social também refletiu em maior exposição dos trabalhadores negros às chamadas atividades essenciais⁷. Isso significa que, quando surge uma pandemia como a do COVID-19, essa população é muito mais exposta à doença e, conseqüentemente, a maior risco de internação e morte.

A COVID-19 chegou num momento em que o Brasil já enfrentava uma crise econômica e política, processo que se agravou exponencialmente com a pandemia. Por isso, além das conseqüências à saúde, a população negra também ficou mais desprotegida pela crise econômica e social decorrentes do período pandêmico.

Para PIEPER et al (2021, p.534), que articulam o conceito de necropolítica com o caso brasileiro, a ser explicitado em seção posterior do artigo, a pandemia “teve como efeito tornar evidente o escândalo de práticas econômicas, sociais e culturais há muito presentes em nosso contexto, mas que acabaram normalizadas ao serem banalizadas no cotidiano”. Com isso, em meio à crise sanitária, muitas pessoas negras foram demitidas de seus empregos e tiveram que enfrentar a falta de acesso às medidas de proteção social. A violência policial também aumentou durante o período.

⁶ Movimentos como a Coalizão Negra Por Direitos e o GT Racismo e Saúde da Abrasco.

⁷ O boletim nº 34 da Rede de Pesquisa Solidária de 2021, aponta estudos que detectaram maior presença de trabalhadores negros e negras em atividades profissionais que exigiram presença física, segundo o relatório “estudos têm destacado um padrão sistemático de menor distanciamento físico, vulnerabilidade territorial e segregação racial, afetando especialmente as pessoas negras nas chances de contágios e mortes (Li et al, 2020; Augustin & Soares, 2021)”.

Negacionismo pandêmico

A religião tem um papel importante na vida de muitas pessoas. Ela oferece consolo, esperança, direção e um sentido de propósito e significado para a vida. Além disso, pode influenciar decisões sobre práticas de saúde, como a prática de cuidados preventivos, a adesão ao tratamento médico e a obediência às normas de saúde pública.

Desde o início da pandemia do COVID-19, articulou-se um forte discurso de negacionismo religioso por parte do então Presidente Jair Bolsonaro (2019-2021) e de lideranças evangélicas neopentecostais. Durante o período, como foi público e notório, negacionistas religiosos insistiram em ignorar a ciência e até mesmo negar a existência do vírus.

O negacionismo religioso foi uma das principais estratégias utilizadas por lideranças evangélicas para desqualificar as medidas de prevenção e combate à doença⁸. Esses líderes religiosos representam um grande seguimento da igreja evangélica que possui muitos fiéis, o que os abona muita influência sobre seus seguidores.

Alegando que a pandemia seria uma "histeria coletiva", estes religiosos apoiaram o tratamento precoce com remédios ineficazes como a Cloroquina e Ivermectina, descreditaram vacinas, se manifestaram contra o distanciamento social⁹; lutaram para manter as igrejas abertas durante a crise sanitária — sob o argumento de que os templos religiosos seriam “essenciais”; incentivaram seus seguidores a ignorar as recomendações das autoridades de saúde, e se recusar a tomar as medidas necessárias para proteger a si mesmos e às pessoas à sua volta (GUERREIRO e ALMEIDA, 2021).

Um dos maiores exemplos de líder religioso negacionista foi o pastor neopentecostal Silas Malafaia, líder da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo. Malafaia, deu diversas declarações negacionistas: primeiramente, o pastor fez coro ao falso dilema levantado por Bolsonaro: vida ou economia. De acordo com seu prognóstico, “iria morrer muito mais gente de fome no país do que por COVID-19” (GUERREIRO e ALMEIDA, 2021, p.55). O pastor afirmou também que “o medo é pior que o coronavírus”, e que, “aqui [a igreja], é o melhor lugar de proteção que pode existir” e o debate sobre o coronavírus é uma “paranoia” (*ibid.*). Outro exemplo foi o Bispo

⁸ <https://agmt.pucsp.br/noticias/entre-o-pulpito-e-o-planalto-como-lideres-religiosos-reproduzem-o-negacionismo-de>

⁹ http://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=33810. Acesso em 10/11/2022

evangélico Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, que aparece em vídeo (BERGAMO, 2020) desacreditando a gravidade da COVID-19, e acusando a mídia e Satanás de espalharem o medo.

O fundamentalismo religioso é um movimento cada vez mais visível nos últimos tempos. Seu aumento tem sido, em grande parte, devido ao crescente número de neopentecostais, que têm praticado sua religião de forma programática e agressiva. A intenção do seguimento é de aparelhar o Estado, a fim de conseguir espaço nos órgãos de poder, como Legislativo e Judiciário, e tentar implantar um Estado cristão, guiado por princípios religiosos. Objetivo que, se alcançado, significaria a imposição de sistemas de crença sobre outras religiões, restrições de costumes e comportamentos, e limitação de direitos civis (GUERREIRO e ALMEIDA, 2021; SANTOS, 2012).

É importante ressaltar que o negacionismo religioso não é um fenômeno recente. Ele vem sendo disseminado há décadas por esses líderes religiosos, mas ganhou força devido à pandemia do coronavírus, quando foi possível testemunhar sua utilização como instrumento político. Para Guerreiro e Almeida,

o negacionismo é uma linguagem de poder que está fora do escopo da democracia e que se expressa publicamente em diferentes técnicas de negação da ciência – muitas vezes com justificativas religiosas – empregadas em diversos eventos durante a pandemia, com o objetivo de consolidar um projeto político comum (GUERREIRO e ALMEIDA, 2021, p.52).

Neste caso, um instrumento político usado por uma elite política-religiosa-empresarial do governo Bolsonaro durante o período de crise do COVID-19, alinhados com uma razão neoliberal defensora da manutenção da economia às custas da vida humana.

“Cristofascismo” e Guerra Santa contra a afrorreligiosidade

O negacionismo religioso neopentecostal também foi usado como pretexto para a intolerância religiosa¹⁰ e o racismo religioso contra religiões afro-brasileiras. Eles afirmam que são religiões "pagãs" e "demoníacas".

¹⁰ A respeito da categoria Intolerância Religiosa, retomo meu artigo previamente publicado na Revista Calundu: “a palavra tolerância carrega um forte sentido de condescendência e a condescendência a outrem só pode ser promovida pelo elemento de mais poder na sociedade, ou seja, o elemento hegemônico. O

Como se não bastasse, as mesmas lideranças neopentecostais indicadas acima, dentre outros, também são responsáveis por espalhar *fake News* sobre as religiões afro-brasileiras. Eles afirmam que essas religiões são responsáveis pelo surgimento do coronavírus e que os praticantes seriam imunes a ele, o que pode ser comprovado pelos inúmeros registros de líderes religiosos evangélicos incentivando seus seguidores a agredirem pessoas que as praticam religiões afro-brasileiras.

O movimento neopentecostal, segundo sistematiza Santos (2012, p.149), busca se aproximar do que acredita ser a essência das religiões cristãs, mas com algumas particularidades. Estas crenças se baseiam em três aspectos fundamentais: a guerra espiritual entre os seguidores de Cristo e os adoradores do Diabo (geralmente identificados como orixás, entidades das religiões afro-brasileiras, candomblecistas e umbandistas); a possibilidade de usufruir dos benefícios e bênçãos que o pagamento correto dos dízimos e ofertas proporciona (Teologia da Prosperidade); e a desnecessidade de manter os ultrapassados usos e costumes de santidade.

O neopentecostalismo tem protagonizado verdadeira “guerra santa” contra os cultos afro-brasileiros, mobilizando e fortalecendo o ancestral ranço demonizador cristão concernente às práticas religiosas historicamente estigmatizadas como feitiçaria, bruxaria e magia negra. O discurso demonizador constitui poderoso artifício de enfrentamento simbólico a crenças, práticas e agentes religiosos rivais, sendo historicamente empregado na conversão de fiéis ou na supressão de hereges dos disputados cenários religiosos. A demonização neopentecostal reconhece a existência do panteão afro-brasileiro, contudo, submete-o ao maniqueísmo valorativo cristão, desconsiderando suas nuances e especificidades simbólicas. Ademais, reforça preconceitos e estereótipos historicamente associados às religiões afro-brasileiras devido à herança satanizadora e persecutória do catolicismo e do sistema de justiça criminal brasileiro (SANTOS, 2012, p.170).

Outro fator importante para os neopentecostais é o projeto político de poder construído para ser hegemônico e com base na negação e na construção de um inimigo. A não aceitação do outro, sua cultura e suas manifestações como não corretas, não verídicas, não toleráveis, e a hierarquização a partir de si.

elemento que tem mais poder político consegue impor na sociedade a verdade. A tolerância neste sentido é uma concessão, por esse motivo os militantes da causa atualmente têm dificuldade com o termo “intolerância religiosa”, o pedido por “respeito” na fala denota um pedido por igualdade de direitos, concessões não são mais desejadas pelo claro desequilíbrio de poder apresentado” (FERNANDES, 2017, p.??).

Esses grupos muitas vezes usam linguagem e símbolos religiosos para promover seus objetivos políticos, e têm sido bem-sucedidos em mobilizar um grande número de pessoas em torno de sua causa.

Nesse contexto importa destacar a ascensão da ideologia "Cristofascista"¹¹, termo utilizado para descrever a tendência de alguns grupos cristãos de promover o fascismo, se referindo originalmente às atividades políticas da Igreja Católica na Itália durante as décadas de 1920 e 1930, quando a Igreja apoiou abertamente o regime fascista de Benito Mussolini.

No entanto, o termo também pode ser aplicado a outros grupos cristãos que promoveram ideologias fascistas ou de direita. Políticas "Cristofascistas", por exemplo, são aquelas que preconizam a supremacia da religião cristã e/ou do cristianismo, e que podem levar à discriminação ou à perseguição de outras religiões. Estas políticas podem ser apoiadas por alguns cristãos, mas também por outros que não são religiosos.

Tais políticas têm sido responsáveis por um aumento significativo da discriminação e da violência sobretudo contra os muçulmanos, pois incentivam o racismo e a Islamofobia nos Estados Unidos bem como em outros países ocidentais.

No Brasil nos últimos anos, também houve um aumento das políticas "Cristofascistas" que, no caso brasileiro, alimentam o ódio contra afroreligiosos (MIRANDA, 2021). Estas políticas são promovidas por grupos religiosos que defendem a supremacia branca e cristã, e apesar de serem compostos de uma maioria que se autodeclara preta ou parda (60% segundo pesquisa do Datafolha¹²), o pertencimento racial não parece fazer diferença na filiação a estes ideais. Os negros evangélicos em grande parte contribuíram com a violência simbólica do racismo religioso¹³ e do negacionismo, mesmo sendo negros, pois o pensamento hegemônico no segmento reproduz o racismo da sociedade.

¹¹ O termo "cristofascismo" tem sido usado mais recentemente por vários estudiosos e comentaristas para descrever a ascensão do nacionalismo cristão e da direita evangélica nos Estados Unidos. Chris Hedges (2008) argumenta que a direita cristã na América está perseguindo uma agenda fascista. Hedges escreve que a direita cristã "sequestrou" o cristianismo e está usando-o para promover uma agenda política que é profundamente antidemocrática e reacionária.

¹² <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>; <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>. Acesso: 23/12/2022

¹³ Nos últimos anos foi realizado o deslocamento da categoria "intolerância religiosa" para "racismo religioso", por ser mais pertinente quando se trata das ações contra afroreligiosos. O conceito ainda foi pouco discutido na academia, mas que já vêm sendo reivindicado pelos praticantes das religiões afro-brasileiras há alguns anos, compreendendo que o termo "intolerância religiosa" não seria suficiente para abarcar o fenômeno e as violências direcionadas a essas religiões (FERNANDES e OLIVEIRA, 2017, p.91-92).

O “Cristofacismo” dos últimos anos também refletiu na criminalização dos povos de terreiro. Esses grupos veem as religiões afro-brasileiras como ameaças à sua hegemonia e procuram impor sua agenda através da violência. A criminalização, as perseguições e a violência política são formas de exercício da necropolítica no Brasil, política cujo objetivo é manter oprimidos os grupos sociais mais vulnerabilizados, em estado de submissão e de controle social.

Povos de terreiro, violência em meio à crise sanitária

A sociedade brasileira, historicamente, lida de forma discriminatória com as religiões afro-brasileiras. Essa postura, embasada no racismo, provoca uma forte invisibilização dessa parcela da população no âmbito federal. Há uma ausência de levantamentos e dados oficiais sobre ela, e a subnotificação dos casos de violência, o que dificulta o seu reconhecimento e o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas, colaborando para perpetuar as formas de exclusão, segregação e violação de direitos humanos nesses grupos.

A partir do último censo do IBGE apenas 0,3% da população se manifestou como pertencente ao segmento religioso afro-brasileiro. 52% dos brasileiros que seguem Umbanda ou Candomblé eram pretos ou pardos. Dentre os umbandistas, a branquitude representa 54%, contra 47,5% da média nacional. Pelos números não seria possível absorver a dimensão da importância das comunidades de terreiro para a população negra e periférica brasileira. A comunidade de terreiro é um espaço importante na periferia para a preservação da cultura e ancestralidade negras no país, não em termos numéricos, ou seja, da quantidade de comunidades de terreiro existentes, mas pela qualidade, no sentido qualitativo, que a sua existência possui.

No atual período do COVID-19, as religiões afro-brasileiras têm sido importantes na promoção da resistência e do cuidado, oferecendo não somente apoio religioso, emocional e espiritual, mas socio-comunitário e de práticas tradicionais de cura¹⁴. Apesar das dificuldades sanitárias inerentes ao período pandêmico, nos últimos anos uma das principais preocupações foi o aumento da violência contra essas comunidades, que são frequentemente alvos de ataques racistas.

¹⁴ Assuntos abordados nos textos dos colegas Guilherme Nogueira e Ariadne Basílio Oliveira, apresentados no mesmo congresso e publicados neste mesmo número da Revista Calundu.

O Brasil registrou, em 2022, três queixas de intolerância religiosa¹⁵ por dia; o total já chega a 545 no país (DATA do total). Os dados do Disque 100 (G1, 2022, online)¹⁶ mostram que o número de denúncias de intolerância contra religiões afro-brasileiras aumentou drasticamente desde 2019. Em 2020, houve um aumento de 1341% em relação ao ano anterior e, em 2021, houve uma queda de 21%, mas ainda um aumento de 1135% em relação a 2019. Em 2022, o número de reclamações caiu 52%, mas ainda é 547% maior do que o total de 2019 (G1, 2022, online)

As denúncias de intolerância religiosa (categoria usada pelo serviço) recebidas pelo Disque 100¹⁷ entre janeiro e junho de 2020, 2021 e 2022, informam um número total de casos de 498, 466 e 545, respectivamente. Em 2022, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Ceará e Pernambuco foram os que apresentaram mais casos (*ibid.*).

Um relatório¹⁸ da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (Renafro), intitulado “Respeite o meu Terreiro”, entrevistou 255 lideranças religiosas em todo o território nacional. A amostra — que aponta a concentração de 46% das comunidades de terreiros no Sudeste — revelou que quase 99% dos entrevistados confirmaram já ter sofrido alguma categoria de ofensa (*ibid.*).

A violência — caracterizada por agressões simbólicas, materiais e físicas — contra as comunidades negras são uma das formas de controle social mais antigas e sistemáticas do Brasil, que visa manter os grupos oprimidos na submissão (ARENDR, 1970; GIRARD, 1990).

O racismo e o contexto político criado por um governo de extrema-direita têm causado profundas feridas na sociedade brasileira. Embora o princípio de laicidade esteja expressamente previsto na Constituição Federal, o Estado não garante a isonomia entre todas as religiões.

¹⁵ Em virtude do espaço não serão dados exemplos de casos destas violências para não alongar a contextualização, que podem ser encontrados em qualquer busca sobre racismo religioso. O foco será o debate dos ocorridos com as categorias.

¹⁶ Disque 100 é um serviço do governo federal para denunciar violações de direitos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o levantamento apresentado foi feito pela Globo. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/07/22/brasil-registra-tres-queixas-de-intolerancia-religiosa-por-dia-em-2022-total-ja-chega-a-545-no-pais.ghtml>. Acesso em 20/11/2022.

¹⁷ Os dados do disque 100 nos servem apenas para acompanhar a taxa de crescimento pois há uma imensa subnotificação, que é característica das populações discriminadas, como o Estado é também agente da violência ele muitas vezes não é buscado em momentos de necessidade.

¹⁸ O relatório ainda não está disponível, dados coletados por meio da imprensa:

Necropolítica, racismo estrutural e religioso contra afroreligiosos

O racismo está profundamente enraizado na sociedade brasileira. É uma forma de violência que se manifesta nas relações interpessoais e nas relações de poder entre grupos sociais, estando presente desde a formação do país (BERSANI, 2018). Desde a Colônia os negros foram considerados apenas úteis ao modo de produção em que foram inseridos, compondo a base da pirâmide social.

A história do Brasil é marcada pelas relações de poder entre grupos étnicos, raciais e de classe. Racismo é um elemento estruturante do capitalismo brasileiro. Com efeito, teóricos brasileiros de teoria econômica e social, Gorender (2010) e Moura (2014), já demonstravam com maestria essa relação simbiótica, explicitando a centralidade das relações raciais enquanto elemento fundante da sociedade brasileira desde a escravidão colonial.

O negro é alterizado, considerado uma ameaça não por algo que tenha feito, mas pelo simples fato de existir. É visto como estranho e incômodo no âmbito das relações sociais estabelecidas, por não partilhar das mesmas identidades culturais, religiosas, entre outras, comparadas às do espectro dominante (BERSANI, 2018).

O racismo é uma forma de violência que se manifesta nas relações interpessoais e de poder entre grupos sociais. Portanto, não se trata do emprego da violência tendo em vista o estabelecimento da justiça, mas visando eliminar o inimigo, que representa uma ameaça. E, conforme explicitado, as comunidades de terreiro foram eleitas pelo “Cristofascismo” brasileiro como um inimigo a ser eliminado, com base na crença de que são inferiores e perigosas.

As bases, como a hierarquização a partir de si, a compreensão do outro como inferior, e a característica grupal que os conecta (identidade como grupo), são fatores comuns tanto nas definições de discriminação, intolerância, etnocentrismo e racismo.

Nesse sentido, é importante reiterar que o racismo religioso não é apenas uma questão de intolerância entre indivíduos, mas também de relações de poder entre grupos. Ou seja, não se trata apenas de crenças pessoais, mas também de relações de poder social, político e econômico.

Ao longo da pandemia do COVID-19, outras categorias ganharam peso político e social e passaram a integrar o vocabulário da imprensa, de políticos e as redes sociais (GUERREIRO & ALMEIDA, 2021). A academia, refletindo a tendência, adotou as suas

próprias categorias para o período, como a necropolítica, que passou a fazer parte do nosso léxico, pois se trata de um conceito que explica a violência contra a população negra; que localiza o racismo como uma ferramenta estatal, observando a distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos; a ineficiência e inação do Estado com relação às (milhares) mortes na pandemia.

Segundo Mbembe (2018), a necropolítica é o processo pelo qual um determinado grupo social é submetido à violência mortífera e à exclusão social. Esse processo é guiado pelo racismo estrutural, ou seja, pelas desigualdades raciais que permeiam todas as esferas da sociedade. A necropolítica, como definida pelo autor camaronês, é a ideia de que a vida cívica de um povo é moldada pelo poder de Estados e governos que distribuem a morte de maneira desigual.

Pieper e Mendes, explicam que: “Quando dizemos matar, é preciso assumir isso em sentido amplo: não se trata apenas do ato, mas de relações de poder e gestão de multidões que colocam determinadas populações mais expostas à morte do que outras” (PIEPER e MENDES, 2020, p.12), e de mortes mais sentidas que outras, na lógica do “eles” e “nós”, demarcando a naturalização de uma punição violenta e vingativa aos indesejáveis. (*ibid.*).

A necropolítica se manifesta onde a política da morte é adaptada pelo Estado, ou seja, o Estado usa sua força para o extermínio de populações vulnerabilizadas como política (FERNANDES, 2021b, p.157). No Brasil, a desigualdade social da população negra na pandemia impactou nas mortes, ilustrando a aplicação da necropolítica no caso concreto, quando alguns foram mais expostos que outros ao contágio e morte pela doença.

Com o vírus, a necropolítica encontra um alibi para matar ainda mais intensamente. As mãos não ficam sujas. Terceiriza-se a morte para um “ser” invisível que está em todo lugar. Com isso terceiriza-se também a responsabilidade. É o vírus. É um fato biológico. Em que medida a pandemia também não pode ser utilizada para camuflar o exercício implacável da necropolítica? O vírus mata. Mas mesmo a sua taxa de mortalidade é maior entre aqueles considerados “excesso”, nos “não-lugares”, entre aqueles que não podem ou não têm uma casa para ficar. (PIEPER et al, 2021, p.543)

A necropolítica possui elementos estruturantes: a criação ficcional do inimigo e o estado de exceção. Nesta construção de um inimigo, como é o caso da perseguição aos povos de terreiro, a afroreligiosidade é vista como uma ameaça apenas por estar presente. É importante ressaltar que a população negra evangélica foi afetada durante a pandemia

do COVID-19 pelo negacionismo e pela necropolítica estatal, no sentido do descaso durante a crise sanitária. Contudo, as igrejas evangélicas ou de outros segmentos não foram violentadas, somente os terreiros.

Como explicam Pieper et al,

em tempos de pandemia, concluímos que a necropolítica demonstra mais claramente sua face racista e antidemocrática, permitindo perceber mais claramente no sacrifício expiatório uma face da necrorreligião¹⁹, que consiste na criação de narrativas que ajudam a perpetuar a necropolítica porque justificam sua violência implícita. Logo, não é a violência que deve ser empregada para estabelecer a justiça, mas sim a eliminação de qualquer inimigo que pode representar uma ameaça (PIEPER et al, 2021, p.550).

As religiões afro-brasileiras foram usadas como alvo para culpar ou punir por erros ou problemas coletivos, foram usadas como bode expiatório²⁰ – ou em uma lógica sacrificial (PIEPER et al, 2021, p.550). Nesta lógica, a culpa e a responsabilidade são atribuídas a alguém que não é parte da comunidade. Esta pessoa, então, é tratada como um inimigo e é marginalizada, rejeitada, atacada e, às vezes, mesmo sacrificada, pelo “bem” da sociedade.

Se trata de uma política estrutural que justifica, até de forma religiosa, a exposição de uns mais do que outros às condições de morte – que os autores Pieper e Mendes estão chamando de narrativas teológicas de morte – “tanto pelo invólucro mitológico que esconde a violência da necropolítica, quanto a estrutura sacrificial que a legitima”. (2020, p.31).

As comunidades de terreiro são locais sagrados onde se guardam os ensinamentos dos antepassados, locais de encontro e de troca, onde se mantém viva a cultura afro-brasileira. Não à toa são símbolos de ancestralidade e resistência.

Apesar das violências, as religiões afro-brasileiras têm se mostrado resilientes às ameaças do racismo religioso, manifestação de necropolítica, e têm sido também um importante agente de mudança social em suas comunidades – muitas vezes esta resiliência

¹⁹ A necrorreligião é um campo de estudo que se concentra na relação entre a morte e a religião. Estuda a maneira como as pessoas lidam com a morte e como a religião influencia nessa relação.

²⁰ O conceito de bode expiatório é um dos mais reconhecidos e influentes da obra do sociólogo francês René Girard (apud Meruje e Rosa, 2013). Girard observou que, geralmente, a culpa dos conflitos e das crises sociais é atribuída a algum elemento externo ao grupo, como alvo para culpar ou punir por erros ou problemas coletivos, em vez de procurar a causa real. Na história, muitos grupos sociais e religiosos, como mulheres, minorias étnicas, grupos LGBT, pessoas com deficiência e outros grupos marginalizados, foram usados como bodes expiatórios ao longo dos séculos.

se caracteriza por simplesmente existir, não ser demonizado, e agregar valor positivo. Isto é, na luta pelo reconhecimento de seu valor para a sociedade.

Conclusões

As comunidades de terreiro são símbolos da ancestralidade e da resistência. São uma forma de preservar as tradições e as crenças afro-brasileiras, e mesmo após séculos de escravidão e opressão, mantêm-se como espaços fundamentais para a construção da identidade negra. Neste contexto, é importante destacar o papel das religiões afro-brasileiras na resistência contra o racismo. As religiões afro-brasileiras são um ingrediente importante da cultura brasileira e um instrumento de promoção da igualdade e da justiça social.

O racismo religioso contra as religiões afro-brasileiras é um fenômeno que precisa ser mais aprofundado, para se compreender o fenômeno dos ataques às tradições negras brasileiras (FLOR DO NASCIMENTO, 2017, p.55).

A perseguição contra povos e comunidades de terreiro no Brasil é uma manifestação de necropolítica, que é a política do estado de controlar, gerenciar e punir a população negra. Isso acontece desde o período colonial, com a escravidão, e persiste até os dias atuais.

No Brasil, o racismo estrutural é uma realidade cotidiana para a população negra. O racismo estrutural é o racismo que está enraizado nas estruturas e nas instituições do país, o que explica a desigualdade na assistência à saúde e no quantitativo de mortes, infecção e vacinação entre brancos e negros no país durante a pandemia. O COVID-19 demonstrou de forma brutal a contemporaneidade da desigualdade racial no Brasil. Fenômeno explicitado no texto pelo conceito de necropolítica de Achille Mbembe (2018), que têm sido muito utilizados nas produções hodiernas, por ser útil para entender as desigualdades raciais existentes no Brasil.

O país, especialmente após a eleição de Jair Bolsonaro, tem presenciado a emergência de políticas Cristofascistas, apoiadas por grupos religiosos conservadores e ultranacionalistas, ligados à extrema direita, que buscam impor um sistema político autoritário e totalitário, com base em valores cristãos. A direita cristã "sequestrou" o cristianismo e está usando-o para promover uma agenda política que é profundamente antidemocrática e reacionária (HEDGES, 2008).

A ascensão do nacionalismo cristão é motivo de preocupação, pois representa uma ameaça à nossa democracia e aos nossos valores de pluralismo e tolerância. Estes grupos político-religiosos defendem a supremacia branca e cristã, e veem as religiões afro-brasileiras como ameaças à sua hegemonia. Em consequência promovem discursos de ódio, procuram impor sua agenda através da violência.

Além do conceito de necropolítica para observar o fenômeno, é importante o uso da categoria racismo para caracterizar as ações de discriminação/intolerância contra as religiões afro-brasileiras, justificado pela característica destas ações de rejeição e violência serem consequência da inferiorização hierárquica e desumanização atribuídas à negritude e a tudo que é conectado à afrodescendência. O uso também é mais adequado e por permitir a conexão direta ao conceito de necropolítica, que explica o doloroso ciclo de exclusão e violência contra a população afrorreligiosa.

O poder sobre a vida e a morte das pessoas, particularmente aquelas consideradas como improdutivas ou perigosas para a sociedade, tem sido exercido de forma sistemática por meio de mecanismos de exclusão social, econômica e política e foi escancarado durante a pandemia do COVID-19.

As comunidades de terreiro (centros de culto, povos e comunidades afrorreligiosas) têm se posicionado contra as políticas "Cristofascistas e têm sido cada vez mais ativos em defender os direitos das religiões afro-brasileiras, em combater o discurso de ódio e as políticas e grupos fascistas (ou cristo fascistas).

Mesmo diante dessas adversidades, pandemia, violência e descaso, as religiões afro-brasileiras têm se adaptado para manter o culto e a fé vivos, como o fizeram sempre, de forma exemplar ao povo negro contra o racismo e a discriminação, agravados pela durante a crise sanitária.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. Da violência, in ARENDDT, Hannah, **Crises da república**, São Paulo, Perspectiva.1970.

BERSANI, Humberto. Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil. **Revista Extraprensa**, v. 11, n. 2, p. 175-196, 2018.

DOCTORS, O. E. C. D. In Health at a Glance 2021: **OECD Indicators**. 2021.

FERNANDES, Nathalia Vince Esgalha. A raiz do pensamento colonial na intolerância religiosa contra religiões de matriz africana. **Revista Calundu**, v. 1, n. 1, p. 117-136, 2017.

FERNANDES, Nathália Vince Esgalha. A discriminação contra religiões afro-brasileiras, um debate entre intolerância e racismo religioso no estado brasileiro. **Revista Calundu – Vol.**, v. 5, n. 2, 2021.

FERNANDES, Nathalia Vince Esgalha. **A discriminação consubstancial e os muros mexicanos**: um estudo sobre a discriminação contra centro-americanos e caribenhos no corredor migratório México-Estados Unidos. Tese. 2021b.

GIRARD, René. **A violência e o sagrado São Paulo**, Editora da Unesp, 1990.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

GUERREIRO, Clayton; ALMEIDA, Ronaldo de. Negacionismo religioso: Bolsonaro e lideranças evangélicas na pandemia COVID-19. **Religião & sociedade**, v. 41, p. 49-74, 2021.

HEDGES, Chris. **American fascists: The Christian right and the war on America**. Simon and. Schuster, 2008.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 18, p. S57-S65, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2002000700007MBEMBE>, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 80 p. 2018

MERUJE, Márcio; DA SILVA ROSA, José Maria. Sacrifício, rivalidade mimética e “bode expiatório” em R. Girard. **Griot: revista de filosofia**, v. 8, n. 2, p. 151-174, 2013.

MIRANDA, Ana Paula. A ‘política dos terreiros’ contra o racismo religioso e as políticas ‘Cristofascistas’. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 21, n. 40, p. 185-192, 2021.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do. O fenômeno do racismo religioso: desafios para os povos tradicionais de matrizes africanas. **Revista Eixo**, v. 6, n. 2, p. 51-56, 2017.

SANTOS, Milene Cristina. **O proselitismo religioso entre a liberdade de expressão e o discurso de ódio**: a " guerra santa" do neopentecostalismo contra as religiões afro-brasileiras. Dissertação. 2012.

SILVA, Márcia Regina de Lima e PRATES, Ian. Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente. In **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. Tradução. São Paulo: Editora Unesp, 2015. Acesso em: 29 dez. 2022.

PIEPER, Frederico et al. Necropolítica e sua lógica sacrificial em tempos de pandemia. **Estudos Teológicos** São Leopoldo v. 60 n. 2 p. 533-553 mai/ago. 2020.

PIEPER, Frederico; MENDES, Danilo. Religião e necropolítica. In **Religião em tempos de crise**. 2020. REDE DE PESQUISA SOLIDÁRIA [Internet]. Boletim nº34. São Paulo: Rede de Pesquisa Solidária; 2021 Disponível em: [https:// redepesquisasolidaria.org/](https://redepesquisasolidaria.org/)

Recebido em 07/11/2022
Aprovado em: 16/11/2022